



Praça D. Eduardo, com destaques para o bar Vesúvio, a Catedral de São Sebastião; e, luminária e árvore, em primeiro plano. Ilhéus-BA. Fonte: SILVA (2010, p. 50).

O conceito de paisagem é definido por Santos (1996, p. 61-62) como sendo tudo aquilo que a visão pode abarcar, estendendo para todos os outros sentidos (que também podem perceber formas, texturas, cores, movimentos, odores, sons etc.), mas ele complementa que esta percepção é dotada de intencionalidades, afirmando que a noção de intencionalidade não é apenas válida para rever a produção do conhecimento. Essa noção é igualmente eficaz na contemplação do processo de (re)produção das coisas, considerado como um resultado da relação entre o homem e o seu entorno (SANTOS, 1996, p.73).

Nesta perspectiva, é possível pensar a paisagem além da sua materialidade, considerando também as construções simbólicas que a constitui. Logo, pensar em paisagem nos faz pensar em percepção. Para Duncan (2004, p. 97), as interpretações das paisagens nos levam a campos interdisciplinares, pois envolvem temáticas como a natureza da objetivação, da representação, da consciência, da ideologia, centrais para uma compreensão geográfica da produção e do uso da paisagem, e de seu papel como um componente constitutivo dos processos sociais.

A cidade, ao longo da história, tornou-se a expressão máxima do espaço humanizado. É o trabalho social que produz a cidade enquanto espaço da vida urbana, dos contatos imediatos do dia-a-dia. Essa carga simbólica constituída pela concentração de pessoas e objetos, que dá a paisagem uma característica particular, e faz da cidade um espaço privilegiado para a proliferação de discursos e construção de imagens.

Um dos elementos que favorecem a construção dessas imagens é o contato cotidiano. "É através do contato com o outro e com o mundo, através dos discursos, das representações, desejos e receios, que a imagem é construída" (ARRAIS, 2001). Essa imagem é uma elaboração cognitiva, resultado da percepção dos textos verbais e "não-verbais", da forma física da cidade e de seus habitantes.

Nesse sentido, Ferrara (1988, p.3) considera que a percepção urbana é "uma prática cultural que concretiza certa compreensão da cidade e se apoia, de um lado, no uso urbano, de outro, na imagem física da cidade, da praça, do quarteirão". Na verdade, a cidade sempre foi uma imagem, ou uma coletânea de imagens. Uma espécie de simulacro do mundo. Ver a cidade é interagir sensivelmente com esse espaço, pois, percebê-la é apreender elementos a ela particulares (traçado das ruas, textura das areias das praias, odor característico de uma área, a brisa suave no final da tarde etc.) que a identificam através de imagens construídas por quem a percebe.

Tais imagens podem resultar em discurso, ou podem sê-lo. Entender o discurso como uma forma de agir sobre o mundo nos faz inferir sobre o seu potencial em reproduzir ideias

e cristalizar práticas sociais. No nosso entendimento, imagens e discursos são modos específicos de agir e representar o espaço, no caso, a cidade e suas praças.

A cidade é em si mesma uma realidade objetiva com suas ruas, construções, monumentos, praças, mas sobre este ela os homens constroem idéias, imaginários e imagens de representação coletiva. O direito à cidade, para Lefebvre (1991, p.108), "não pode ser concebido como um simples retorno de visita ou retorno às cidades tradicionais". Mas, deve ser reformulado como o direito a vida urbana, transformada, re-elaborada, e também se constituir no direito de beneficiar-se da cidade enquanto obra. Direito "de construir e consumir o ambiente urbano, de frequentar suas praças, passeios públicos, ruas, parques etc." (ibidem). É isso que se esconde atrás dos discursos e das imagens positivas, que, aparecem nos panfletos, anúncios, cartões-postais, como signos propagadores de um dado discurso.

Arrais (2001) se refere a "imagens positivas" como exaltação dos aspectos bucólicos e monumentais da cidade, que remete a uma espécie de síntese que valoriza os aspectos agradáveis em detrimento de problemas como a violência, poluição, a ausência de áreas verdes, entre outros. Dessa forma, para analisar a imagem de uma cidade, é necessário que se faça uma espécie de geografia dos olhares. Essa imagem é construída nas representações individuais e coletivas, que, nunca apreendem a sua totalidade. Pensar essa totalidade a partir do lugar significa estabelecer ligações entre a cidade e o lugar, percebendo neste último as contradições da cidade. Segundo Ladrrière (1979, p. 171), essa cidade, enquanto totalidade, "só pode aparecer-nos em um lugar não traçado no solo, em um lugar fora da visão perceptiva, invisível; é este lugar invisível que chamamos de imaginário".

Esse conceito de cidade imaginária nos possibilita ampliar o entendimento dos lugares da cidade, permitindo perceber esses espaços como lugares que permitem estabelecer relações socioculturais junto aos atores sociais. Todavia, se percebermos o espaço urbano, veremos também que tem sido muito comum a não distinção entre os termos "espaços livres" e "áreas verdes", e também se associa a essas áreas o uso exclusivo e imediato para o lazer.

Entretanto, Bartalini (1986) considera que essas áreas desempenham no urbano diferentes funções, sendo ideal que estas estejam interligadas, evidenciando, assim, uma "outra hibridização" (CANCLINI, 2003, p. 300), que, acaba nos propondo um enfoque multidisciplinar para o conceito de patrimônio. Dessa forma, buscando ultrapassar o estético, o estético e evidenciar o lugar como valor simbólico, onde outros elementos como a natureza, a técnica, a cultura, a afetividade e a experiência são dinamicamente materializadas.

Partindo dessa proposição, numa relação entre o social, o cultural e o espacial, é possível pensar que a noção de patrimônio deve ser visto como algo dinâmico e mutável inserido nas práticas sociais e suas representações. Segundo Ferrara apud Yázigi et al. (2002, p. 21-22), o turismo cria uma ideia de reconhecimento no lugar, como nos cartões-postais que destacam a referência do detalhe urbano, o monumento, a praça. Como salienta Carlos apud Yázigi

et al. (2002, p.31), "sem referências não se produz sequer o lugar na memória". De certa forma, no turismo os passos são planejados, guiados, acelerados e passageiros; contudo, a parte vale pelo todo e é suficiente para despertar lembranças, nostalgias e, sobretudo, o grande fator do mercado, a necessidade de repetir a experiência.

Conceitualmente, o turismo tem uma relação direta com a preservação e a conservação dos patrimônios cultural e/ou natural das localidades, e a relação turismo e cultura fundamenta-se em dois pilares: a existência de pessoas motivadas em conhecer culturas diversas e a possibilidade do turismo servir como instrumento de valorização da identidade cultural, da preservação e conservação do patrimônio, e da promoção econômica de bens culturais.

Segundo Bailly e Scariatti (1999, p.62) o conceito de patrimônio retoma a ideia de legado transgeracional, com um olhar apoiado sobre o nosso passado. Considerando como um valor herdado, onde é colocado em prova um sentimento de identidade, de pertença, e que nós desejamos transmiti-lo aos nossos sucessores. É nesta perspectiva teórica que visamos analisar os elementos geossimbólicos contidos na imagem fotográfica, uma análise qualitativa que aborda diversas dimensões das representações como a sociossimbólica, a estética e a afetiva. Estas dimensões comportam ideias, conceitos, opiniões, mitos e signos que, para Vygotsky (1998, p.54), conduzem os seres humanos a uma estrutura específica de comportamento que se destaca do desenvolvimento biológico e cria novas formas de processos psicológicos enraizados na cultura.

Em síntese, todo objeto, conjunto de objetos ou monumentos que traga uma carga informativa significativa a respeito de um grupo de pessoas é considerado um "bem patrimonial". Para ser assim considerado, no entanto, ele não necessita ser antigo: basta que possua um valor simbólico significativo no contexto da sociedade em que surgiu. O patrimônio ambiental urbano se constitui de conjuntos arquitetônicos, espaços urbanísticos, equipamentos públicos e elementos naturais intra-urbanos, regulados por relações sociais, econômicas e culturais, onde o conflito deve ser o menor possível e a inclusão social uma exigência crescente (YÁZIGI, 2006, p.65).

Muitos pesquisadores atribuem também ao turismo a propriedade de valorizar ou resgatar aspectos da cultura das localidades onde a atividade se desenvolve. Vale ressaltar, no entanto, que cultura não é algo estático, pelo contrário, possui um caráter dinâmico amplamente reconhecido. Ao promover mudanças sociais significativas e possibilitar o contato de culturas distintas num curto espaço de tempo, é necessário planejar adequadamente.

Esse planejamento se fundamenta na educação patrimonial e na educação ambiental, pois, os monumentos não são mais os cenários que legitimam o culto do tradicional. Nas praças, esses objetos não ficam congelados em uma eternidade em que nada mais acontecerá, pois, "abertos à dinâmica urbana facilitam que a memória interaja com a mudança, que os heróis nacionais se revitalizem graças à propaganda ou ao trânsito" (CANCLINI, 2003, p.301).

Assim, a relação entre turismo cultural e patrimônio cultural exige um aliado, a educação. Sendo assim, o turismo cultural também

Saulo Rondinelli Xavier da Silva¹

pode ser considerado como uma atividade de lazer educacional, que contribui para aumentar a consciência do visitante e sua apreciação da cultura local em todos os seus aspectos. Tal relação entre o visitante e o visitado promove a difusão de informação sobre uma determinada região ou localidade, seus valores naturais, culturais e sociais. Para uma comunidade, pode-se dizer que o turismo abre novas perspectivas sociais como resultado do desenvolvimento econômico e cultural da região (MARTINS & FREITAS, 2006; SILVA, BOMFIM & COSTA, 2009).

Referências

- ARRAIS, T. P. A. As imagens da cidade e a produção do urbano. In: CAVALCANTE, L. S. (Org.) **Geografia da Cidade: a produção do espaço urbano de Goiânia**. Goiânia: Alternativa, 2001.
- BAILLY, A. & SCARIATTI, R. **Voyage en Géographie**. Paris: Anthropos-Economica, 1999.
- BARTALINI, V. Áreas verdes e espaços livres urbanos. In: **Paisagem Ambiente**. Ensaios. São Paulo. n.1. p. 49-54, set. 1986.
- CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003. (Ensaios Latino-americanos, 1)
- DUNCAN, A. Paisagem como sistema de criação de signos. In: CORREIA, R. L. & ROSENDAHL, Z. (orgs.) **Paisagens, textos e identidades**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004, p.90-132.
- FERRARA, L. d'A. **Ver a cidade: cidade, imagem e leitura**. São Paulo: Nobel, 1988.
- LADRÏÈRE, J. **Vida social e destinação**. São Paulo: Convívio, 1979.
- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- MARTINS, A. B.; FREITAS, G. V. **Turismo e Patrimônio Cultural: possíveis elos entre identidade, memória e preservação**. Estação Científica, Juiz de Fora, 2006.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia**. Hucitec: São Paulo, 1996.
- SILVA, S. R. X. **A imagem das praças de Ilhéus-Bahia: uma contribuição para a educação patrimonial e para o turismo cultural**. Dissertação de Mestrado em Cultura e Turismo. Ilhéus: UESC, 2010.
- SILVA, S. R. X.; BOMFIM, N. R. & COSTA, T. C. Turismo e Educação Patrimonial: relação dialética e estratégias de participação popular. In: Seminário Internacional de Turismo, 11, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: OBSTUR/UFRP; Universidade Positivo, 2009. 1 CD-ROM.
- YVYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- YÁZIGI, E. (et al.). **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- _____. A conceitualização de patrimônio ambiental urbano em países emergentes. In: Geolno-va. v.12. Lisboa: UNL, 2006. p. 65-80.

Geógrafo e Mestre em Cultura e Turismo (UESC); Professor de Geografia da Rede Estadual de Educação (SEC-BA).



EDITORIAL

ALTERNÂNCIA E SUSTENTABILIDADE

Evilania Bento da Cunha*

Esta edição marca os 10 anos de publicação do Boletim Informe Geográfico. Ao longo desses anos, tivemos contribuições de pesquisadores e estudantes de várias Universidades do país, e, já percebemos este periódico científico sendo utilizado como recurso didático, e sendo referência em pesquisas científicas e eventos internacionais.

Nesse sentido, enquanto editores deste periódico, agradecemos aos leitores, aos autores, e a todos que contribuem para a sua divulgação e consolidação no meio acadêmico. Agradecemos a Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, que, desenvolve este veículo de divulgação de trabalhos de estudantes e pesquisadores de várias instituições, aos autores que contribuem com suas produções, e o público leitor.

Nesta edição, o Informe Geográfico inicia uma seção especial dedicada à publicação dos melhores trabalhos apresentados no IV Seminário de Educação Geoambiental, um evento técnico-científico que iniciou no Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Ipiatú-BA (CMLEM - Direc 13), em parceria com diversas organizações e entidades relacionadas ao ensino. Trata-se de um evento que aborda, em cada edição, um tema específico da atividade humana sobre o meio ambiente, em torno do qual são desenvolvidas as palestras, mesas-redondas, oficinas e minicursos.

Em sua 4ª edição, o público do Seminário presenciou apresentações de trabalhos por estudantes e pesquisadores, dentre outras atividades, em torno do tema central: “Biodiversidade e Consciência Ambiental”. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) apoiou a realização desse evento, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Cultura e Turismo (UESC), com vistas à capacitação de professores da educação básica e divulgação de trabalhos científicos relacionados com a temática.

Desde a sua concepção, o Boletim Informe Geográfico participa da organização e divulgação desse evento, e da publicação de seus resultados. Todos os trabalhos apresentados estão publicados em Anais (CD-Rom com ISSN 2178-1915) com o selo da CAPES. Maiores informações sobre o Seminário de Educação Geoambiental podem ser obtidas em <http://geoilheus.tripod.com/geoambiental.htm>

Os Editores.

Ao pensar sobre a construção desse texto, a primeira ideia a ser desenvolvida é a de sustentabilidade e quando surge esse conceito, depois verificaremos que tipo de sustentabilidade acontece nos CEFFAS, de modo particular na EFASA – Escola Família Agrícola Santa Ângela.

No histórico da preocupação ambiental, em específico a partir da década de 1970, escutamos e aprofundamos o conceito de Desenvolvimento Sustentável vindo da Conferência sobre o Meio Ambiente em 1972, na cidade de Estocolmo. Daí surge todo um movimento que estuda e aprofunda essa visão, e os meios de colocá-lo em prática.

O relatório “Nosso Futuro Comum” serve como base da ideia que devemos trabalhar por um planeta economicamente viável, socialmente justo, e ambientalmente sustentável. Gadotti (2009) resgata esse histórico no livro “Educar para a Sustentabilidade”. Toda essa discussão está dentro do contexto da década da educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014) lançado pelas Nações Unidas, em 2002. E tem como substrato a “Carta da Terra”, que, segundo Gadotti, tem um grande potencial educativo mesmo que não exploremos suficientemente, pois vivemos uma crise de civilizações.

Ainda seguindo esse princípio, a sustentabilidade apontada na “Carta da Terra” seria o sonho do bem viver. Gadotti utiliza a “educação para a sustentabilidade” em lugar de desenvolvimento sustentável por ter limitação em sua base epistemológica e quem sabe ideológica. Mazetto, em sua apresentação no Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância, faz uso do termo envolvimento sustentável na lógica do bem viver.

Ao pensar num planeta sustentável, é necessário resgatar a compreensão que as sociedades autóctones têm dessa convivência, que antes de ser uma relação dominador X dominado, é uma relação de troca, de interdependência, ou seja, cíclica, e todos e tudo está no ciclo. Então vejamos um fragmento da clássica carta de Seathl, cacique da tribo Duwamish, do Estado de Washington – EUA (1976, p.67):

Como podes comprar ou vender o céu, o calor da terra? Tal ideia é-nos estranha. Nós não somos donos da pureza do ar ou do resplendor da água. Como podes então comprá-los de nós? Decidimos apenas sobre o nosso tempo, toda essa terra é sagrada para o meu povo (...), tudo quanto fere a terra fere também os filhos da terra. De uma coisa sabemos que o homem branco talvez venha um dia a descobrir: o nosso Deus é o mesmo Deus. Ele é Deus da humanidade inteira e quer bem igualmente ao homem vermelho como ao branco.

Assim, poderíamos refletir sobre a sustentabilidade, desenvolvimento ou envolvimento, mas não nos cabe essa reflexão no momento. Com base na sustentabilidade, verificaremos como ocorre na EFASA, antes, porém, cabe lembrar que as Escolas Famílias Agrícolas surgem no Brasil na década de 1970, em pleno movimento de sensibilização ambiental e de repercussão internacional, encampado pelas Nações Unidas dentre outros órgãos.

Desse modo, o pensamento é fazer desenvolver a agricultura e o meio rural. Para tanto,

instalam-se cursos técnicos em Agropecuária onde as técnicas agroecológicas são imprescindíveis. A EFASA já foi destaque em cadeia nacional no programa “Globo Ecologia” numa série que abordava sobre o aquecimento global. A tônica dada era como no Semi-árido nordestino, alunos de uma escola implantavam técnicas para convivência com os impactos do aquecimento global. Para amenizar suas consequências, foi apresentado a horticultura orgânica e o composto, além da organização dos jovens alunos e egressos que conseguiram, através de programa federal “Nossa Primeira Terra”, o primeiro assentamento jovem do Piauí.

Avançando nessa ideia, a partir do envolvimento dos alunos nas pesquisas dos Planos de Estudo (instrumento pedagógico da Pedagogia da Alternância), em 2010, tivemos três grupos de alunos que tiveram projetos aprovados na iniciação científica Junior, com orientação de um professor voluntário da Universidade Estadual do Piauí.

O primeiro projeto tratou de uma tecnologia para produção de mel, o aluno Francisco Rodrigues, do 4º ano de Agropecuária, já trabalhava com apicultura antes de entrar no curso técnico. Com o ingresso no curso, ele passou a aprofundar essa cultura tecnicamente, e no cotidiano, fazia experiência de melhoramento. Entre erros e acertos, ele investigava o que não tinha funcionado com isso foi aumentando sua produção e a qualidade do mel.

Em junho de 2010, incentivado pela escola, Francisco Rodrigues participou de um simpósio de Reforma Agrária organizado pelo Núcleo de Estudos de Assentamentos em Reforma Agrária da Uniara- Araraquara-SP, onde fez o relato de sua experiência com apicultura. Essa experiência levou a iniciar um projeto de iniciação científica introduzindo uma nova forma de produção do mel já pronto para comercialização, junto com outros alunos. Após um ano do projeto, a experiência já está dando resultado, pelo menos no aspecto comercial. Em breve teremos os relatórios da pesquisa.

O segundo projeto, também na área produtiva, trata da produção de pimenta malagueta. O aluno Raimundo Filho, também do 4º ano, tinha o sonho de produzir pimenta incentivado pelo retorno financeiro garantido. Esse projeto surgiu a partir de uma experiência de uma egressa de EFA que implantou no assentamento onde residia um cultivo de pimenta malagueta e o resultado foi muito positivo, desde que ele entrou na EFA decidiu que o seu projeto profissional seria com pimenta, a vantagem é que ele teve as orientações de um professor pesquisador que o ajudou a verificar o processo de forma sistemática.

A experiência com pimenta malagueta tinha como metodologia a investigação comparativa da produção de pimenta, sendo um plantio de forma orgânica, outro com adubo químico e outro sem nenhum tipo de adubação. Além da produção, será investigado o beneficiamento da pimenta e a sua aceitação no mercado consumidor. Os experimentos têm apontado di-

versos caminhos quando se pensa em produzir e pesquisar os efeitos e consequências dessa produção. Assim, os relatórios apontaram esse percurso brilhante de teoria e prática associada à geração de renda.

Já o terceiro projeto é de um aluno do 3º ano, Rogério, que a partir de sua vivência de liderança juvenil junto a grupos jovens de sua comunidade e de representante do conselho da juventude do município de Pedro II, buscou estudar o perfil da juventude da comunidade Lagoa de Sucuruju-Pedro II. A partir das experiências e opiniões dos próprios jovens (tendo como sujeitos de pesquisa os jovens de 14 a 20 anos), a pesquisa pretendia atender o universo (200 jovens na comunidade), mas devido ao fluxo de migração sazonal, só foi possível entrevistar 70 jovens, uma vez que a pesquisa não se restringia a preenchimento de formulários, mas a organização desses jovens em grupos.

A pesquisa já resultou na formação de grupos que trabalham oficinas temáticas a cerca da juventude com base na educação Popular. Essas oficinas foram indicações dos próprios jovens entrevistados, hoje, protagonistas da pesquisa. Assim como os demais projetos, essa pesquisa pensa na sustentabilidade da comunidade a partir do protagonismo juvenil. O projeto de pesquisa já está em fase de conclusão e terá os seus relatórios publicados. Porém, as iniciativas propostas pela pesquisa têm continuidade.

Os três projetos envolveram 15 jovens, que refletiram sobre sua prática e sistematizaram as ações, favorecendo elementos para avaliação e indicações de propostas. É mister considerar o envolvimento, a reflexão sobre a prática, a necessidade de problematização, o engajamento e a tomada de decisão para a formação de uma geração que não só precisa, mas que se impõe, uma vida sustentável.

Referências:

GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade**: uma contribuição à Década da educação para o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Ed. Instituto Paulo Freire, 2009 (Série Unifreire; 2).
SEATHL, C. Quem é o dono da pureza do ar e do resplendor da água? **Revista de Cultura Vozes**. Ano 70, Vol. LXX, abril. 1976, n° 3, p. 67.

* Graduada em Geografia (UESC), Especialista em Educação Geoambiental (FacSul), Especializando-se em Pedagogia da Alternância e Educação do campo pela UFMG, professora de Geografia, Política Agrária e Educação Ambiental na Escola Família Agrícola Santa Ângela-EFASA, em Pedro II-PI.

RECADO DO LEITOR

informegeografico@blogspot.com

Não poderia deixar de parabenizar os editores e todos os colegas que tiveram a nobre ideia de publicar uma edição do Informe Geográfico com uma seção especial sobre o bairro Salobrinho (Ano X, n° 20). Parabenizo, pois acho que não temos como agir no mundo se não refletirmos sobre as nossas localidades.

Felicidades e bom trabalho a todo o corpo editorial do Informe Geográfico!

Paulo Roberto Tavares de Souza (Doutorando em Química Orgânica pela Universidade Federal da Bahia, Professor do IFBA - Campus: Valença).



Boletim Informativo do Curso de Geografia – UESC - INFORME GEOGRÁFICO - ISSN 1982-8039

Blog: www.informegeografico.blogspot.com - E-mail: informegeografico@gmail.com

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC - Rodovia Ilhéus/Itabuna, km 16. CEP: 45.662-900 - Ilhéus - Bahia - Brasil

Fundador: Saulo Rondinelli Xavier da Silva (abr.2001).

Conselho Editorial: Alan Azevedo Pereira dos Santos (alansantos_18@hotmail.com) – Greizene Araújo Queiroz (greizene@hotmail.com) – Jorman dos Santos (jorman@bol.com.br) – Liliane Matos Góes (goes.liliane@yahoo.com.br) – Paulo César Bahia de Aguiar (imperadorblue@yahoo.com.br) – Saulo Rondinelli Xavier da Silva (geoilheus@hotmail.com). Colaboradores: Evilânia Bento da Cunha

(evilaniageo@yahoo.com.br) – Valdineia Oliveira dos Santos (valdineia_hist@hotmail.com) – Ricardo Alves (Ricardo.taylor@hotmail.com).

Projeto Gráfico / Diagramação: Marcos Maurício (marcosmauricio.blogspot.com)/marcosmauricio@gmail.com).

Impressão: Gráfica da UESC - Revisão: Editus / UESC

Os artigos/textos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do BIG.

Consulte as normas de submissão em nosso Blog: informegeografico.blogspot.com

História e desenvolvimento do bairro Teotônio Vilela: uma abordagem geográfica

Adson Alves Costa*

No auge dos seus 26 anos de idade, antes conhecido como Gomeira, o bairro Teotônio Vilela localizado na zona oeste da cidade de Ilhéus sofreu ao longo do tempo grandes transformações, tanto na ascensão demográfica quanto na sua infraestrutura. É partindo desse contexto que vamos começar a embarcar nos grandes benefícios e aparatos que a população do Teotônio Vilela conseguiu através de muita luta e determinação ao longo de sua história.

Sabendo que o bairro Teotônio Vilela é um dos maiores do município, sua proporção demográfica acompanha o grau de sua extensão territorial. Desta maneira, é possível perceber que ocorreram várias mudanças ao longo desses 26 anos, assim, começaremos a entender um pouco mais da história deste bairro e, conseqüentemente, analisar o grau de desenvolvimento social que o mesmo vem passando ao longo do tempo.

DA GOMEIRA AO TEOTÔNIO VILELA

Em 1985, começa uma das maiores histórias envolvendo a criação de um bairro na cidade de Ilhéus. Ainda conhecido como Gomeira, o bairro tinha cerca de 20 moradores e este nome deriva das gomas que eram feitas por estes moradores que por sua vez levavam e vendiam na parte central da cidade. O salto populacional foi fruto da falta de planejamento urbano, que fez com que muitas pessoas buscassem áreas desocupadas e o bairro da Gomeira era o principal alvo de moradia para muitos trabalhadores rurais que haviam perdido tudo com a quebra da monocultura do cacau. Em 1986, o bairro já tinha aproximadamente toda a sua área explorada e cerca de 3 mil habitantes, por isso, precisou ser oficializado e passou a se chamar Teotônio Vilela, em homenagem ao senador alagoano.

A década de 1990 foi à época em que o bairro cresceu muito mais e sua população passou de 3 mil habitantes para 15 mil habitantes. Com um crescimento acelerado, logo os problemas começaram a surgir, pois o bairro apesar de ter sido dividido por lotes e quadras, carecia de saneamento básico (esgoto, água encanada e

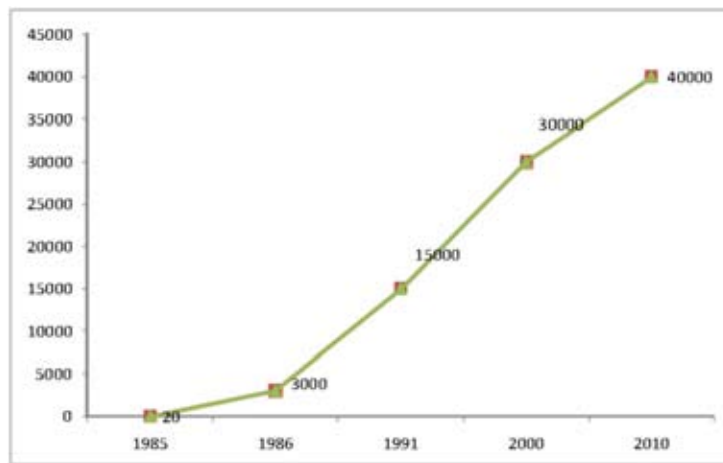


Gráfico que representa o aumento demográfico do bairro Teotônio Vilela na cidade de Ilhéus-BA desde a sua fundação, até o censo demográfico em 2010. Fonte: IBGE, 2010.

energia elétrica) e de escolas. Em 1991 a primeira escola do bairro foi criada, Escola Municipal Temístocles Andrade – EMTA, e um pouco antes a chegada da energia elétrica, o que proporcionou para a população do bairro condições mais dignas de sobrevivência.

Em 1999, o bairro ganhou também a sua primeira escola estadual, Colégio Estadual Professor Fábio Araripe Goulart – CEPFAG, que possibilitou que os moradores cursassem o ensino médio dentro do próprio bairro. A escola é considerada um modelo de instituição de ensino, pois disponibiliza para os alunos uma quadra poliesportiva, um laboratório de informática e uma área de lazer cultural para os alunos fazerem apresentações teatrais ou musicais.

A expressão “sociedade urbana” responde a uma necessidade teórica. Não se trata simplesmente de uma apresentação literária ou pedagógica, nem de uma formalização do saber adquirido, mas de uma elaboração, de uma pesquisa, e mesmo de uma formação de conceitos (LEFEBVRE, 1999, p. 121).

Com uma razoável estrutura, o Vilela continuou a se desenvolver, principalmente na área comercial. O bairro, em 2001 já tinha cerca de 30 mil habitantes e este contingente populacional despertou o interesse de empresários das mais variadas áreas como: alimentícia, lojista, mecânica, farmacêutica e bancária. Assim, a periferia passou a ter uma “independência” em relação às áreas centrais da cidade e conseqüentemente atraiu mais uma parte da população da cidade.

Mas, o bairro ainda apresentava algumas carências, principalmen-

te de pavimentação. Só em 2003, o Vilela ganhou pavimentação e facilitou ainda mais a locomoção dos ônibus e demais veículos que trafegam diariamente pelo bairro. Já em 2006, o bairro ganhou postos de saúde por quadra, o que facilitou ainda mais a população com relação ao serviço de saúde, pois estes postos foram colocados estrategicamente em pontos que moradores das redondezas pudessem frequentar estes, sem precisar percorrer grandes distâncias. Ainda assim, o bairro também ganhou um posto de atendimento 24 horas, para atender casos de urgência.

No censo demográfico de 2010, o bairro apresentou 40 mil habitantes, mais que o dobro da década de 1990. Com tantas pessoas, o bairro passou a apresentar problemas de violência e de infraestrutura. Os órgãos públicos adotaram medidas paliativas para solucionar cada um dos problemas, para combater a violência as autoridades instalaram uma companhia militar e rondas diárias de policiais com viaturas por todas as ruas do bairro, para os problemas de infraestrutura a prefeitura agiu com ações e mutirões de limpeza e educação ambiental junto aos moradores.

Apesar das tentativas de preservação ambiental feita pelos órgãos públicos, à grande área de manguezal ao redor do Teotônio Vilela, não foi suficiente para frear a processo de ocupação nestas áreas. Muitos dos moradores alegam que não tem outro lugar para morarem, enquanto outros dizem não ter conhecimento de alguma medida, principalmente da prefeitura para ajudá-los com a preservação

dos manguezais.

De certo modo, é importante ressaltar que o problema da ocupação das áreas de manguezais é fruto da falta de espaço nas áreas centrais do bairro. Corroborando com a tese, Lefebvre (1999) afirma que o urbanismo acaba promovendo e legitimando uma redução da vida urbana ao mínimo, pesando sobre a mesma. Ademais, a necessidade que o indivíduo tem de conseguir um local para morar, faz com que ele passe por cima de muitos aspectos e conseqüentemente isso não afeta só um berçário natural, que além de poluir, coloca várias espécies de animais que dependem deste habitat em ameaça de extinção, ou até mesmo extinção impedindo a perpetuação das espécies de crustáceos como caranguejos e aratus que são os mais prejudicados pela ocupação ilegal e conseqüentemente irregular destas áreas.

Com o apanhado histórico do bairro Teotônio Vilela, foi observado todo o seu desenvolvimento ao longo de sua existência, hoje, fenômenos geográficos ocorrem discretamente dentro desta periferia como a supervalorização dos terrenos e residências e a verticalização do espaço, ambos fruto de um lento e intenso processo de urbanização que é natural em todos os lugares do mundo, principalmente em países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil.

Referências

- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- VILLAÇA, F. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: SOUZA, M. A. A.; LINS, S. C.; SANTOS, M. P. C.; SANTOS, M. C. **Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo**. São Paulo: Ed. Cedesp, 1999, p. 221-236.
- IPEA/IBGE/NESUR-UNICAMP. **Características e tendências da rede urbana no Brasil**. Campinas: Instituto de Economia, Unicamp, 2000.

* Aluno do Curso de Licenciatura em Geografia (UESC); Bolsista de Extensão – Projeto LAHIGE.



OS DESAFIOS DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

*Polliana Bezerra de Oliveira**

O debate em torno das questões que norteiam a preservação do patrimônio é cada vez mais crescente em nosso país. Todavia, se para os grandes centros essa tendência muitas vezes se reveste em experiências bem-sucedidas de constituição e proteção de acervos de valor histórico, o mesmo não ocorre para a realidade de cidades interioranas, com valorosas exceções e, mais especificamente, para a região onde se encontra a cidade de Caetité, objeto desse estudo.

Com efeito, a despeito de diversas tentativas e iniciativas em organizar instituições voltadas para a guarda da memória local e regional, o que se consegue é fazer muito pouco – ou quase nada – principalmente considerando a dimensão e a riqueza desse patrimônio histórico e o crescente processo de destruição a que se encontra submetido. Em linhas gerais, esta parece uma questão importante para delinear o caminho percorrido até agora e o que ainda está por ser explorado.

Caetité está distante a 757 km da capital do estado, Salvador e possui uma população de 48.000 habitantes (IBGE, 2006). Com dois séculos de emancipação, a cidade foi um pólo cultural da região sertaneja. Conhecida por sua educação e foco civilizador, Caetité foi berço de grandes personalidades da História estadual e nacional, como Cezar Zama (parlamentar, historiador), Plínio de Lima (poeta, colega e amigo de Castro Alves), Aristides Spínola (advogado, ex-governador de Goiás), Joaquim Manoel Rodrigues Lima (primeiro Governador eleito da Bahia), Anísio Teixeira (pedagogo), Joaquim Spínola (fundador da Revista dos Tribunais), Nestor Duarte (juris-

ta, escritor), Paulo Souto (ex-governador da Bahia), Prisco Viana (político, ex-ministro da República), Haroldo Lima (político) e o músico símbolo do estilo brega Waldick Soriano. Foi, ainda, pioneira na educação regional, com a primeira Escola Normal do sertão baiano.

No decorrer do tempo histórico, o município de Caetité passa por transformações espaciais e sociais, obtendo assim uma nova configuração. Permanecendo, entretanto, a essência do lugar.

[...] O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. (CARLOS, 1994, p. 71).

Nesses aspectos, o presente estudo visa apresentar e discutir, o estado de abandono de exemplares do patrimônio e da cultura do município de Caetité, por entender que esses elementos, uma vez transformados em espaços dinâmicos, podem contribuir para a prática do turismo e para o resgate e preservação da memória dessa sociedade.

Caetité é o município que tem mais imóveis tombados pelo IPAC, depois de Salvador, com sete tombamentos definitivos e cinco provisórios, totalizando 12 construções, são elas: Igreja de São Benedito, Praça Rodrigues Lima, 178, Casa Natal de César Zama (tombamentos provisórios), Casa da família Batista Neves, Casa Anísio Teixeira, Casa Coronel Cazuzinha, Casa de Câmara Cadeia, Casa da Fazenda Brejo dos Padres (Atual Fazenda Bom Jesus), Casa da Fazenda Santa Bárbara, Capela de São Sebastião (tombamentos),

considerados patrimônio cultural da Bahia

O conjunto urbanístico e arquitetônico do Centro Antigo de Caetité, possui imóveis originários do século XIX e início do século XX, na circunstâncias de tombamento pode-se considerar que estão salvos de demolições.

No entanto, esses os casarões vêm sendo ameaçados pela forte especulação imobiliária, presente nos últimos anos na cidade. As mudanças urbanas começaram com a circulação da riqueza trazida pela exploração das jazidas de ferro, manganês e urânio que o município dispõe, exportadas até para o Canadá.

As possibilidades de pesquisa, a partir das fontes documentais produzidas pelos órgãos da administração pública, são bastante extensas. No que diz respeito à história do município de Caetité, a análise de temas vinculados aos domínios da política, economia, sociedade e cultura revela a dinâmica das áreas sertanejas muitas vezes desprezadas nas investigações circunscritas à capital e/ou ao recôncavo. Tais estudos demonstram que, longe de existir uma uniformização dos processos históricos, as singularidades permitem aflorar a complexidade das sociedades humanas. “...o estudo regional oferece novas óticas de análise ao estudo de cunho nacional, podendo apresentar todas as questões [...] a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular”. (AMADO:1990, p. 12).

Como se sabe, a tipologia das fontes sujeitas ao domínio do pesquisador não se restringe à documentação escrita. Mattoso, ao analisar as potencialidades de pesquisa no âmbito da história local e regional, chama a atenção

para a diversidade de elementos à disposição do estudioso interessado no tema. Segundo o autor, a relação estabelecida entre o homem e o espaço habitado produz evidências das transformações proporcionadas por essa articulação, desnudando a historicidade de uma região. Desse modo, a terra e seu processo de ocupação, os poderes religiosos, militares, econômicos e políticos, os símbolos representativos das autoridades, sejam os símbolos imóveis como as torres, catedrais, monumentos, estátuas, pelourinhos entre outros, sejam os que se transportam e permitem identificar o detentor do poder de mando, como os brasões, coroas, bandeiras, mitras e cruzes, as manifestações artísticas: a poesia, a literatura, a pintura, a escultura, a arquitetura, enfim,

O local ou regional com o seu estudo da terra e o que ela dá, dos homens que nela viveram, com a reconstituição dos poderes que nela se exercem e aí consomem ou distribuem os bens, com o traçar dos diversos círculos espaciais que a dividem e a envolvem, com a análise da cultura que aí recria e transfigura a realidade – tudo isso ajuda a tomar consciência da comunidade através do conhecimento da sua gênese e da sua evolução, por um lado, e do conhecimento da sua identidade específica. (MATTOSO, 1988, p. 180).

Nessa perspectiva de alargamento das percepções sobre o social, um indicativo importante é a “redefinição da percepção enrijecida de patrimônio, intimamente associada a uma expressão elitista e circunscrita de cultura”. Desse modo, entre as diversas possibilidades de atuação para o estudioso interessado em recuperar e conservar a memória de uma região encontram-se os registros imagéticos e a oralidade.

Na região que compreende Caetité, as possibilidades de pesquisa são amplas, não



obstante a carência de intervenções que potencializem o patrimônio documental. No que se refere aos acervos para a história da educação em âmbito regional, acreditamos que um primeiro passo é a identificação dos espaços produtores de fontes documentais específicas: escolas, prefeituras, secretarias de educação, câmara de vereadores, arquivos públicos e privados. A incorporação de novas fontes: primárias, iconográficas, literárias, estatísticas, depoimentos orais, documentos oficiais, periódicos, possibilitam uma leitura multidisciplinar dos objetos em estudo.

A ideia de conservação de objetos e de monumentos não é nova. Existe desde os tempos gregos que atribuíram um valor universal aos seus templos; continua através do pensamento romano, a partir do século XV.

Segundo Silva (2003), a proteção, que até o início do século XX era permeada pela ideia de preservação em face da guerra, teve, a partir de 1945, com o surgimento da Unesco, seu escopo ampliado. Assim, foram incluídos outros fatores de risco, como as ações destrutivas do meio ambiente, o crescimento desordenado das cidades e uma noção de progresso que desconsidera valores sociais desprovidos de

qualquer conteúdo econômico. É o que se costuma denominar, na doutrina, proteção em tempos de paz.

Na visão do desenvolvimento sustentável, a preservação do patrimônio natural e cultural, que constitui o hábitat do ser humano, decorre dos deveres de preservar aquilo que não se pode reconstruir, uma vez destruído. E tais deveres são referíveis a quaisquer seres que integram o conceito de humanidade, entidade sem fronteiras, que existe onde haja homens e mulheres. (SOARES In: Silva 2003, p. 04).

O professor Dr. Guido Fernando Silva Soares, chama a atenção para o significado que a proteção vem ganhando nos dias de hoje, diante de uma perspectiva globalizante, situação invertida somente na segunda metade do século XX, exigindo da vigilância em relação ao planeta e ao nosso hábitat:

As discussões sobre patrimônio cultural evidenciam um aspecto que a prática de preservação dos monumentos, centrada nos aspectos técnicos da conservação e da restauração, tende a ocultar: a ideia de que a preservação do patrimônio cultural é uma “prática social” (ARANTES: 1989 p. 12), que implica um processo de interpretação da cultura, como produção não apenas material como também simbólica, portadora.

Mesmo quando a iniciativa parte do Estado, esses

valores precisam ser aceitos e constantemente reiterados pela sociedade, a partir de critérios que variam no tempo e no espaço. Nessa linha de reflexão, fica clara a elaboração e a aplicação de instrumentos legais, como o tombamento, não são suficientes

para assegurar que um bem venha cumprir efetivamente sua função de patrimônio cultural junto à sociedade. É necessário uma constante atualização das políticas específicas, tanto mais se tais políticas desenvolvem-se num contexto democrático.

É, portanto, a partir de uma reflexão sobre a função do patrimônio e de uma crítica à noção de patrimônio histórico e artístico, que passou a adotar – não só no Brasil – uma concepção mais ampla de patrimônio cultural, não mais centrada em determinados objetos, como por exemplo, os monumentos e sim numa relação de sociedade com sua cultura

Esses são apenas alguns indícios de um vasto campo de pesquisa sobre o patrimônio do município de Caetité. Se os problemas nessa área remontam a tempos longínquos e ainda perduram em nossos dias, é preciso compreender e revelar as suas múltiplas dimensões, o que certamente já indica um bom caminho, pois produzir conhecimento significa renovar a crença no homem e em sua capacidade de mudança.

Caetité, 200 anos de emancipada. Em 2003, numa iniciativa inédita, foi aprovada a lei de tombamento municipal – evitando que a omissão dos poderes públicos permitisse a

destruição de vários prédios ameaçados. Entretanto, para que o tombamento possa vigorar, é necessário vir acompanhado de algumas outras medidas: combate ao tráfico de antiguidades de Caetité para Minas Gerais (o que restou), uso econômico das propriedades (incremento ao turismo, por exemplo), e “vontade política” – este último, refletido na coragem de governantes para enfrentar a pressão pelas demolições e descaracterização urbana. A sociedade sente dificuldades em é importante compreender que a proteção do tombamento é não apenas necessária, mas urgente.

Refrências:

- ARANTES, A. A. Preservação como Prática Social. **Revista de Museologia**, vol. 1 nº 01 p. 02-16, 1989.
- AMADO, J. História e Região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, M. A. (Org.). **República em Migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- CARLOS, A. F. A. **Ensaio de Geografia Contemporânea**. São Paulo. Hucitec. 1994.
- IBGE. **Região Nordeste**. Cidades. Dados Estatísticos. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindo>. Acesso em: 15 mai. 2009.
- MATTOSO, J. **A escrita da história: teoria e métodos**. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.
- SILVA, F. F. **As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade**. Fundação Petrópolis, 2003.

* Professora do Ensino Médio, Técnico e Tecnológico - IFBaiano – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Guanambi.



O RESGATE DA IDENTIDADE CARRANQUEIRA NO MÉDIO SÃO FRANCISCO

Há, em todo o mundo, rios que marcam civilizações e por isso transcendem sua delimitação. Há rios que de acordo com a natureza de cada trecho de seu curso definem e diferenciam culturas e sociedades (VALLADARES, 1981). Nesse contexto o médio São Francisco especificamente o trecho do Rio Corrente que percorre a margem da cidade de Santa Maria da Vitória na Bahia possui no seu contexto histórico uma cultura emergente da relação fluvial.

A cidade escolhida para análise tem sua cultura modelada pelo cenário apresentado pelo Rio Corrente (afluente da margem esquerda do São Francisco), fazendo surgir junto ao cotidiano ribeirinho à figura dos remeiros, marceneiros e com um salto para além das proas das embarcações, nascem as Carrancas, esculpidas e com originalidade estética passa a adquirir interesse mundial.

Da necessidade de um turismo voltado para o diferente, o novo, para o fortalecimento de uma identidade e significação de um patrimônio, surge o Turismo Cultural (BARRETTO, 2000). É através da perda dessa identidade que se justifica a necessidade de um estudo e planejamento de um turismo cultural no local.

Diante do contexto apresentado, o objetivo do estudo realizado foi analisar a relação do turismo, cultura e educação patrimonial, apresentando como o turismo quando bem planejado

pode contribuir para o resgate da identidade cultural e patrimonial do município de Santa Maria da Vitória, Bahia.

A Pesquisa segue uma abordagem predominantemente qualitativa e exploratória. Conforme Gil (2002), as pesquisas exploratórias colaboram para descrições precisas, aclaram e ajudam a modificar conceitos e idéias, facilitando a verificação de relações entre os elementos estudados, através do estudo do material bibliográfico e documental a que o pesquisador tem acesso.

Optou-se pelo uso do estudo de caso único, pois dessa maneira pode-se trabalhar com uma ampla variedade de evidências, partindo para uma análise direta e profunda a cerca do assunto. O estudo de caso foi realizado no estado Da Bahia, na região do Médio São Francisco, por este local ter sido um cenário de uma cultura fluvial brasileira que ocorreu apenas nessa época e apenas nesse lugar.

Além disso, utilizou-se visita a campo para observar e analisar a cultura local e a prática do turismo ligada às potencialidades de Santa Maria da Vitória.

A história das Carrancas se inicia em Santa Maria da Vitória após a morte do pai de Guarany. Francisco Guarany começou a trabalhar em 1899, como imaginário e logo após, como marceneiro, também profissão de seus irmãos, com o passar do tempo Guarany deixou de esculpir santos por não

ser atividade financeiramente rentável e voltou a exercer a profissão de carpinteiro, marceneiro e tanoeiro.

Aos 17 anos de idade Guarany fez a sua primeira figura de proa, depois daí não mais parou, continuou esculpindo lindas artes. Até o início da década de 1940, o artista produziu cerca de oitenta Carrancas. Com a paralisação da construção de barcas, Guarany não fez figuras de proas por dez anos.

Na metade da década de 50, a arte de Guarany foi descoberta por Antônio Laje, a quem vendeu meia dúzia de peças, a partir desse momento as Carrancas deixa de ser apenas figuras mitológicas que assustam como: “o minhocão, nego d’água” etc. Para se inserir na arte. Suas peças foram postas em vários museus nacionais e internacionais fazendo com que o Mestre Guarany fosse admirado e reconhecido pelo seu trabalho.

Francisco Biquiba Dy Lafuente Guarany foi o pioneiro nessa arte em Santa Maria da Vitória e suas peças marcaram a representação pictórica do Rio São Francisco no mundo. Para se inserir na arte, suas peças foram postas em vários museus nacionais e internacionais fazendo com que o Mestre Guarany fosse admirado e reconhecido pelo seu trabalho.

Em 1985 Guarany vem a falecer e junto com ele a identidade das Carrancas, esse processo de

Ramona de Jesus Silva,
Verônica Macedo dos Santos *

Destituição da identidade, via de regra, implica na fragmentação da personalidade identitária de um sujeito histórico, sendo esse um processo de extrema violência pela introdução ou mesmo pela utilização do termo massivo (DIEHL, 2002. p. 128).

As sociedades se configuram através de bases culturais que devem ser valorizadas e inseridas no cotidiano das mesmas, visando assim minimizar os impactos causados pelo rompimento das tradições culturais do lugar.

CARRANCAS: UM IMAGINÁRIO POPULAR

“Não se crê no imaginário.
Vive-se nele.”

Juremir Silva

Carrancas são figuras de proa que apresentam feições humanas e de animais, antrotopozoomórficas, utilizadas pelos barqueiros para espantar os perigos do rio, maus espíritos que ameaçavam derrubar as embarcações. Figuras como o Minhocão, Surubim-Rei, Bicho d’água, Cachorro d’água, Cavalo d’água, Capetinha, Galo Preto e outros constituem o imaginário da população ribeirinha que tomam forma através da criação artística de alta originalidade, nunca presenciado em nenhum outro local ou época.

Símbolo de criação artística, as Carrancas são, portanto considerado Patrimônio Cultural, sendo assim,



Carranca: Marcia Berenguer Cabral

... Não deve ser constituído apenas por edificações arquitetônicas e seus elementos, mas também pelo conjunto de todos os utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças e formas da vida cotidiana que fazem referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos que formam a sociedade brasileira. (BOMFIM, 2009, pag. 128 -129)

A identidade de um lugar está intimamente ligada ao seu valor patrimonial e quando a sociedade a perde, ela se distancia das suas especificidades e das suas potencialidades.

Assim como as Carrancas surge outro personagem no cenário do Rio Corrente, conhecido como Remeiros ou Vareiros que trabalhavam com remos ou varas de acordo com a fundura. Segundo Valladares e Pardal (1981) “surgidos com as barcas e silenciados com o silêncio delas, eram os habitantes

mais notáveis do rio”. Representavam a força motriz, a rota, a música, a fantasia, o desafio de vencer as correntezas e os mitos.

Planejar o turismo em Santa Maria da Vitória se faz necessário, devido à grande potencialidade que a cidade oferece, especificamente cultural e natural. O turismo funciona como motor de desenvolvimento econômico em razão das contribuições diretas e indiretas que geram (CAMARGO, 2009, pag69) Isso porque além de movimentar o comércio local, traz a cultura para o cotidiano da população. Em resposta ao legado que foi deixado por Mestre Guarany, seus familiares e o poder público criou a oficina Francisco Biquiba dy Lafuente Guarany, que tem como objetivo o resgate da

identidade das Carrancas e inserir a comunidade de forma participativa. Nesse contexto Dias(2003) afirma que A participação, o envolvimento de ambos setores sociais é fundamental, pois trata-se em última instância de fortalecer ou redefinir a identidade local, modificar as perspectivas de desenvolvimento e criar uma expectativa positiva em que o comprometimento da comunidade é essencial.

Além disso, é importante levar em conta a responsabilidade para com os recursos naturais, dessa maneira é necessária que seja feito um trabalho de educação ambiental, patrimonial e cultural no município. Segundo (CARVALHO, 2005, p.29) “Essas ações possibilitam a incorporação de novos contingentes ao mercado turístico, a melhoria da qualidade de vida dessas populações e, ainda, serve de estímulo para que mais brasileiros conheçam o seu país e a sua gente.” Logo a riqueza dessa gente será partilhada e novas portas para pesquisas serão abertas.

Através de um planejamento turístico adequada para município de Santa Maria da Vitória é provável que atrelado a isso, renasça a busca pelos valores culturais e consequentemente a identidade do lugar. Além disso, é necessário que haja um trabalho coletivo em que a comunidade seja integrada no processo de resgate cultural, assim pode ser feito um projeto nas escolas, associação de bairros a fim de criar multiplicadores que possam socializar esse conhecimento.

Referências:

BARRETTO, M. **Turismo e Legado Cultural**: as Possibilidades do Planejamento. 2.ed. Campinas: Papirus,

2000.

BOMFIM, N. R. Patrimônio, turismo e planejamento: formatação de produtos. In: CAMARGO, P.; CRUZ, G. (Orgs). **Turismo Cultural**: estratégias, sustentabilidade e tendências. Ilhéus: Editus, 2009.

CAMARGO, P. Os impactos do turismo cultural. In: CAMARGO, P.; CRUZ, G. (Orgs). **Turismo Cultural**: estratégias, sustentabilidade e tendências. Ilhéus: Editus, 2009.

CARVALHO, C. L. de. Breves Histórias do Turismo no Brasil. In: TRIGO, L. G. G.(Org.). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, R. **Turismo e Patrimônio Cultural**: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva 2006.

DIEHL, A. A. **Cultura historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru: Edusc, 2002.

GASTAL, S. **Turismo, Imagens e Imaginários**. São Paulo: Aleph, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed., São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, A. B. (Orgs). **Turismo e Desenvolvimento Local**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

PORTUGUEZ, A. P. (Org.). **Turismo, Memória e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Roca, 2004.

VALLADARES, C. P.; PARDAL, P. **Guarany**: 80 anos de carrancas. Rio de Janeiro: B&V, 1981.

* Alunas do Curso de Licenciatura em Geografia (UESC).



TRABALHADORAS DA MARÉ: CONTRIBUIÇÕES À UMA EDUCAÇÃO DE PERSPECTIVAS SUSTENTÁVEIS EM MARAGOJIPE-BAHIA

Jeruza Jesus do Rosário *

Este artigo traz o cotidiano da mulher pescadora na reserva extrativista (RESEX) marinha Baía do Iguape/Bahia localizada no Recôncavo Sul Baiano. Neste, tomo a figura da mulher pescadora e a sua inserção nesta atividade sem o devido reconhecimento de seu trabalho e da definição de seus direitos. Na busca pela sobrevivência, estas mulheres adaptaram-se às exigências e regras da lógica do capital, o que resulta na atual luta pela valorização de sua atividade pesqueira e pelas suas garantias trabalhistas.

Este estudo desenvolve-se sobre a Resex Baía do Iguape, especificamente nas localidades de Maragojipe, Nagé e Coqueiros. Dados do IBAMA e da Colônia de Pescadores de Maragojipe e de Santiago do Iguape nos mostram a existência de um universo de cerca de 8.000 trabalhadores na pesca em toda a Baía do Iguape. Em Maragojipe, são associados, aproximadamente, 3.500 pescadoras e pescadores, sendo mais de 50% deste corpo de associados composto por mulheres.

Esta pesquisa faz-se sobre mulheres pescadoras, mulheres negras em sua grande maioria,

Estudar as mulheres trabalhadoras da maré, a partir de suas memórias, considerando-as como sujeitos delineadores de cultura e agentes transformadores do seu espaço numa reserva extrativista, evidencia a busca de retratar o cotidiano das pescadoras em seu espaço. Busca-se também a percepção que estas mulheres possuem de si próprias neste espaço e a relação delas com o meio ambiente. Através da observação do espaço vivido, e sob o prisma da ciência geográfica, procura-se diagnosticar a representação desse ambiente como cenário de vida e de trabalho, assim como o papel dele como mediador na transmissão de conhecimentos.

No caso específico das mulheres pescadoras da Baía do Iguape, faço a verificação de exemplos de pessoas ativas, participantes do processo de produção e reprodução social. Essas pessoas, ao longo da história, para sobreviverem, adequaram-se à necessidade de negociar com situações adversas na necessidade da busca do sustento, o que se reverbera na produção e representação de seu espaço de trabalho e deste próprio espaço como mediador na transmissão de conhecimentos.

A pesquisa se desenvolveu a partir de reconhecimento do espaço de vida e de trabalho da mulher pescadora, levantamento fotográfico e o uso de entrevistas semi-dirigidas. Buscou-se privilegiar o uso da história oral visando a apreensão do modo de vida destas mulheres, suas vivências, o trato com a família, o modo de realização de seu trabalho, o modo como esta percebe e age no seu espaço.

Poder trabalhar com o sentido de

idéia, sensação e percepção (MARIANO NETO, 2001, p.41), faz-se aqui fundamental a partir da consciência de sentido e valor da experiência vivida, tanto física quanto memorial, o que se torna possível pela abordagem cultural na Geografia, pois se consegue focar o espaço e suas representações, agregando o social e o cultural através do mundo vivido.

Com Milton Santos (1997, p.28), temos que o espaço é o terreno onde se constroem as relações sociais de trabalho, onde repousam os objetos naturais e materiais. É preciso que vejamos o espaço como um sistema de objetos e ao mesmo tempo como um sistema de ações: o espaço é dinâmico, pois pressupõe o empreendimento de ações humanas na sua configuração. O trabalho das pescadoras é uma atividade reconhecidamente masculina, em contrapartida, milhares de mulheres, como as pescadoras da Baía do Iguape, sustentam famílias inteiras com o seu trabalho. Estas mulheres experimentam no dia a dia o contato direto com o manguezal de onde retiram seu sustento e de seus familiares, o que a faz sentir bem de perto a importância da natureza representada pela terra, a água e os animais, fazendo-a perceber-se dentro do complexo relacional humanidade - ambiente.

Em conversas com as pescadoras, além de minhas reflexões sobre o que ouvi, pude entrar em contato com a percepção que estas mulheres têm de si e de seu espaço de vida e de trabalho: se reconhecem, identificam problemas e potencialidades, o que possibilita uma análise da realidade natural, cultural e social referenciadas nas práticas cotidianas das pescadoras e de pessoas ligadas à sua vida diária.

Percebo que a vida das pescadoras vai se desenhando a partir, além de seu contato íntimo e de respeito pela natureza, pelo espaço de vida e de trabalho que vai sendo construído a partir de seus sentimentos pelo lugar e pelas socialidades criadas com as pessoas de seu convívio, socialidades estas que se fazem maiores a partir da maior proximidade entre estas pessoas. Face isto, cria-se a solidariedade, os laços culturais e, desse modo, a identidade. Percebo que as convivências no espaço são motivadas pela afetividade, o que se leva à idéia da percepção global, “holista” do mundo e dos homens a partir de trocas simbólicas e de relações que se acumulam nas práticas cotidianas (SANTOS, 1977).

Essas mulheres estão buscando construir seus próprios rumos e saídas para garantir uma vida melhor para as atuais e futuras gerações. O comportamento que expressa a valorização de si próprias e a afetividade pelo espaço em que vivem, traz os modos de viver e de existir destas mulheres em consonância com o meio ambiente e sua complexidade. Esta cultura prediz um desenvol-

vimento íntimo de negociação e produção com o mundo em paralelo com o materialismo a partir da realidade produzida pelas pessoas; os indivíduos produzem cultura enquanto produzem a si próprios a partir das várias maneiras de viver, amar, escrever, festejar, enfim, registrar, conscientemente ou não, a sua existência no mundo.

As pescadoras se reconhecem como agentes construtores e modificadores de seu espaço na cultura que se desenha. Ressalta-se aqui a necessidade de sensibilidade para ler o espaço, já que a mulher pescadora tem no seu cotidiano o desenvolvimento de espaços legíveis que expressam a cultura em seus diversos aspectos, possuindo uma faceta funcional e outra simbólica, ou seja, neste caso da Vovó do Mangue, a lenda funciona como um instrumento de defesa do próprio manguezal e de sua sobrevivência, levando em conta o senso de preservação e da natureza como a própria vida, além de personagem do imaginário da população da Baía do Iguape.

As narrativas das pescadoras utilizadas para esta pesquisa têm me servido de ponto de partida para interpretação de fenômenos sociais, acontecimentos históricos e compreensão do modo como se dá a produção dos espaços. Neste sentido, é facilitado o aprofundamento na análise da “experiência” através da qual o indivíduo, neste caso a mulher pescadora, constrói a sua vida interior e se capacita. Esta mulher, a partir do amadurecimento e reflexão, interpreta e reafirma-se a cada dia, como exemplos de indivíduos ativos do processo social no cotidiano da Baía do Iguape.

Os modos de viver têm suas raízes na terra em que se vive, traz o homem e seu entorno, materializa a vontade de enfrentar o futuro e suas intempéries sem romper com o lugar e, dali, extrair a continuidade do viver. É necessária a compreensão da sociedade através das diversas facetas da cultura, que se fazem muitas, em suas dimensões espaciais.

A exemplo da cultura popular, em suas múltiplas manifestações e variação espacial, é oportuna a busca do que é banalizado ou despercebido por olhos menos atentos, ou seja, buscar encontrar pistas de fatos que estejam fugindo à regra do que se pensa comumente com vista a enxergar o heterogêneo.

Como afirma Castells (1999), a organização social e os valores culturais são os principais fatores responsáveis pela degradação do ambiente e não simplesmente a tecnologia. Para alguns campos da ciência, como, por exemplo, a ecologia preservacionista, torna-se um desafio aceitar que práticas humanas sejam vistas não só como impactos antrópicos negativos. A maior parte das atividades da sociedade atual provoca impactos negativos de toda ordem; contudo vários estudos apontam que ações humanas,

quando planejadas e postas em execução segundo regras de manejo sustentável, podem, sim, trazer contribuições positivas à proteção ambiental. Mostram o quão é negável o fato de que, geralmente, as populações tradicionais vivem em um sensível grau de harmonia com seus ambientes naturais e por isso são as melhores guardiãs da biodiversidade.

Esse é um argumento que muitos povos tradicionais utilizam para reforçar sua demanda para o reconhecimento de seus direitos sobre a terra. Na verdade, conforme Diegues (2000), boa parte do apoio que essas sociedades foram capazes de atrair no mundo industrializado é resultado da crença de que as comunidades tradicionais estão mais próximas da natureza e são motivadas por uma ética de conservação.

Referências:

- Orais:
Edna da Conceição dos Santos, 59 anos. Pescadora. Entrevista cedida a Jeruza Rosário em 05/07/2007.
Regina Célia dos Santos, 57 anos. Pescadora. Entrevista cedida a Jeruza Rosário em 05/07/2007.
Roquelina Souza de Almeida, 43 anos. Pescadora. Entrevista cedida a Jeruza Rosário em 06/07/2007.
- Bibliográficas:
CARVALHO, V. S. C. **Raízes da Ecologia Social**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005, p. 31.
CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Paz e Terra, 1999.
DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000.
DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. Ed. Ática, 1983.
LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991, p.30.
MARIANO NETO, B. **Ecologia e Imaginário: memória cultural, natureza e submundialização**. João Pessoa: Editora Universitária. UFPB, 2001.
RUETHER, R. R. **Gaia & God: an Eco-feminist Theology of Earth Healing**. USA: Harper San Francisco, 1992.
RIBEIRO, L. F. **Geometrias do Imaginário**. Santiago de Compostela: Edicions Laiovento, 2000.
SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Nacional, 1977.
_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

* Geógrafa, Urbanista, Mestre em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional (UNEB).